

Registro de Tratamento de Dados Pessoais

INFOJUD - Sistema de Informação ao Judiciário

Controlador	UNIÃO – TRT-22
Endereço e Telefone do Tribunal	Av. João XXIII, 1460 Bairro dos Noivos Teresina-PI, Cep: 64045-000 Telefone: (86) 2106-9500
Sítio institucional sobre a LGPD	https://lgpd.trt22.jus.br/
Centros de Tratamento	Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

INFOJUD	
Gestor do sistema	Receita Federal do Brasil (acesso disponibilizado pela Corregedoria Regional)
Finalidade do tratamento	I- Obtenção de endereços úteis às notificações nos processos trabalhistas; II- e visualização de dados patrimoniais dos executados através da análise da Declaração do Imposto Sobre a Renda da pessoa física, das Declarações de Informações Econômico - Fiscais das pessoas jurídicas, da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Declaração sobre Operações Imobiliárias, que possam auxiliar o Juízo da Execução, na identificação de bens passíveis de penhora, analisar a capacidade financeira do executado.
Titulares dos dados	Reclamantes, Reclamados, Advogados e Terceiros cadastrados nos processos.
Fonte do Dado	Sistema de Informação ao Judiciário - INFOJUD
São tratados dados sensíveis?	Não
São tratados dados de crianças e adolescentes?	Em casos excepcionais, são tratados dados de criança e adolescente.
Enquadramento legal	Art. 7º da LGPD (...) II - para o cumprimento de obrigação legal (...) Art 10º da LGPD I - apoio e promoção de atividades do controlador; e

	II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei. Art 11º, inciso II da LGPD (...) a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; Art 23º da LGPD O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (...)
Categoria de dados pessoais	• Nome; • CPF • Data de nascimento; • Título de Eleitor; • Endereço (logradouro, complemento,número); • Bairro; • Cidade; • UF; Dados fiscais e Patrimoniais: • Declaração do Imposto Sobre a Renda da PF; • Declarações de Informações Econômico-Fiscais da PJ; • Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Declaração sobre Operações Imobiliárias;
Categoria de destinatários	Os dados pessoais não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas. Os dados são inseridos nos processos com vistas a fundamentar decisões judiciais. A critério do magistrado e dependendo do dado, são armazenados sob sigilo.
Transferência internacional	Não.
Prazo de conservação	Os dados são inseridos nos autos dos processos e permanecem como documento integrante do processo até o seu arquivamento definitivo.

Medidas de Segurança	O Sistema de Informações ao Judiciário - INFOJUD é resultado da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Tem como objetivo atender às solicitações do Poder Judiciário, efetuadas diretamente pelos magistrados ou por servidores autorizados por eles. A ferramenta está disponível apenas aos representantes do Poder Judiciário, previamente cadastrados em base específica da Receita Federal e que possuam certificado digital emitido por Autoridade Certificadora integrante da ICP-Brasil. Seu acesso é feito na Internet pelo Portal "e-CAC -Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte" da Receita Federal. Medidas administrativas: • Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais; • Mapeamento dos dados pessoais; • Política de Segurança da Informação; • Adequações à Resolução CNJ nº 363/2021; Medidas técnicas • Operação de soluções de proteção do ambiente tecnológico como: firewall, antivírus de próxima geração, gerenciamento do acesso privilegiado, testes de segurança de aplicações web e de infraestrutura tecnológica, redundância e alta disponibilidade de ativos críticos, etc; • Alinhamento de controles de segurança a padrões como ABNT NBR 27001:2013, CIS Controls v7.1;
----------------------	--

Documento de acordo com o art. 9º da Lei 13.709/2018 e [Ato GP nº 108/2021](#).